

**Boas
Práticas
de Gestão
Ambiental
Bioma
Amazônia**



PROGRAMA DE
QUALIFICAÇÃO
**GESTÃO
AMBIENTAL**



IBAM

O IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal – é entidade de atuação nacional, sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, criada em 1952, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Reconhecido por sua contribuição ao desenvolvimento institucional do Município, atua, com base na ética e independência partidária, nos vetores da informação, orientação, capacitação e assessoria no campo das políticas públicas.

Nos últimos anos, em resposta aos desafios da agenda do desenvolvimento local, o IBAM vem ampliando suas linhas de ação de modo a tornar mais efetiva a implementação de políticas sustentáveis que se encontram hoje ao alcance dos governos municipais. Projetos com foco na conservação ambiental e mudanças climáticas; eficiência energética; universalização do saneamento básico; inclusão social e cadeias produtivas sustentáveis; cidades resilientes; financiamento urbano e fundos ambientais; gênero e direitos humanos, dentre outros, são cada vez mais demandados ao Instituto visando à implementação de iniciativas mais duradouras de promoção da qualidade ambiental não só nos espaços urbanos, mas também no meio rural.

PQGA

O Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – Municípios Bioma Amazônia (PQGA) é iniciativa do IBAM, com apoio do Fundo Amazônia/BNDES, destinada a fortalecer a gestão ambiental municipal, contribuindo para o controle e redução do desmatamento na região. O PQGA, desde o seu início, busca dialogar e se articular às iniciativas locais, estabelecendo parcerias com associações de Municípios e câmaras, governos estaduais e outras entidades para atuação coordenada na mobilização e engajamento dos Municípios de forma a alcançar padrões crescentes de governança ambiental.

O Programa oferece um conjunto de ações articuladas, proporcionando de forma gratuita orientação técnica e jurídica, capacitação a distância e presencial, assessoria ao poder legislativo, apoio à descentralização da gestão e aprimoramento das relações entre as três esferas de governo, além de identificar e disseminar boas práticas em gestão ambiental. São ações que se combinam em torno dos objetivos de qualificar os processos de gestão, ampliar as possibilidades e condições de atuação dos órgãos municipais de meio ambiente e de promover o protagonismo de seus gestores na implementação de uma agenda de compromissos com a sustentabilidade.





Apresentação

Identificar, documentar e disseminar boas práticas são tarefas às quais o IBAM se dedica, pois reconhecidamente constituem estímulo importante para encorajar novas iniciativas e, com isso, fortalecer políticas públicas sustentáveis por parte de governos e instituições da sociedade civil.

Assim, é com esse objetivo que oferecemos a presente publicação que reúne os resultados da primeira edição do Prêmio Gestão Ambiental no Bioma Amazônia, lançado em 2015 pelo IBAM, no âmbito do PQGA. A premiação foi motivo de grande satisfação pelo interesse e adesão traduzidos no número, diversidade e representatividade dos participantes.

A publicação apresenta as 10 práticas agraciadas com o Prêmio e identifica outras 51 que receberam certificado de reconhecimento de mérito, envolvendo representação de sete dos nove Estados do Bioma e 156 dos seus 530 Municípios.

São práticas que mudaram realidades, buscando responder a alguns dos principais desafios enfrentados na região refletidos nas categorias especialmente selecionadas para a premiação: ordenamento territorial e fundiário; monitoramento, controle e recuperação ambiental; produção sustentável e incentivos destinados à conservação; governança socioambiental; e educação ambiental. As inúmeras contribuições vêm de projetos tanto do Governo Municipal, como de organizações ambientalistas, cooperativas extrativistas, associações indígenas e de seringueiros, dentre outras.

Fundamentada na larga experiência do Instituto em organizar premiações em diferentes níveis e temáticas, o IBAM preparou, além da publicação, banco de dados com o acervo completo das práticas inscritas no Prêmio que pode ser acessado pela página do PQGA.

A expectativa é de que o material ora disponibilizado sirva como instrumento de compartilhamento de informações e das diversas lições que cada uma das experiências oferece. Espera-se também que os representantes do Executivo e Legislativo municipais que iniciam seus mandatos em 2017 possam vir a refletir e se inspirar para o desenvolvimento de agendas de trabalho na área ambiental, a partir de experiências inovadoras e bem-sucedidas e, principalmente, com raízes na região amazônica.

Visite o acervo de práticas reunido em banco de dados em www.amazonia-ibam.org.br/premio-gestao-ambiental-bioma-amazonia

Tereza Cristina Baratta

Coordenadora Geral do PQGA/IBAM



10 Práticas Premiadas

Em cada categoria, duas práticas premiadas, uma executada por Governo Municipal e outra por organização da sociedade civil.



Ordenamento Territorial e Fundiário



Monitoramento, Controle e Recuperação Ambiental



Produção Sustentável e Incentivos destinados à Conservação



Governança Socioambiental



Educação Ambiental



Ordenamento Territorial e Fundiário
GOVERNO MUNICIPAL



Regularização e Adequação Ambiental em Imóveis Rurais Relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Categoria: Ordenamento Territorial e Fundiário

Modalidade: Governo Municipal

Executor: Prefeitura Municipal de Cotriguaçu

Estado: Mato Grosso

Município envolvido: Cotriguaçu

Período: início em 2011, com previsão de término em 2016

Parceiros: Instituto Centro de Vida – ICV, The Nature Conservancy – TNC

Fotos: acervo enviado pela entidade executora da prática



ANTECEDENTES

Cotriguaçu encontra-se relacionado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) como um dos Municípios que mais desmataram a Amazônia. Havia um afastamento do Governo Municipal em relação às questões ambientais, além de pouco interesse por parte de proprietários de áreas menores que 400 hectares na busca pela regularização fundiária. Outro obstáculo enfrentado incluía, ainda, diferenças documentais entre as áreas em uso e as registradas e mudanças constantes na legislação.

Com o objetivo de retirar Cotriguaçu da lista do MMA, desde 2012 a Prefeitura elabora Cadastros Ambientais Rurais (CAR), por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários, para produtores rurais em propriedades de até quatro módulos fiscais.

Esse processo teve início com o apoio da The Nature Conservancy (TNC) e do Instituto Centro de Vida (ICV), no âmbito do projeto Cotriguaçu Sempre Verde.

OBJETIVOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

A iniciativa busca alcançar a área cadastrável do território de Cotriguaçu necessária para que o Município saia da lista criada pelo MMA. Uma das primeiras metas intermediárias foi a sensibilização para regularização ambiental das áreas com menos de 400 hectares que, juntas, alcançam os índices desejáveis. Para a superação do cenário de dificuldades foram realizados cadastros somente nas áreas dentro do limite estipulado pelo órgão ambiental, além de atualizações constantes a respeito da legislação e contato direto com os produtores rurais para atender aos objetivos.





RESULTADOS

No noroeste de Mato Grosso, o Município de Cotriguaçu se destacou quanto ao aumento das propriedades que aderiram à regularização ambiental graças à intervenção do Poder Público Municipal, Conselho Municipal de Meio Ambiente e apoio de parceiros. A Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, criada em 2014, continua realizando novos cadastros de todos que buscam a regularização ambiental.

Durante o processo de cadastro se somaram à área total cadastrável Projetos de Assentamento (PA). A partir das intervenções voltadas para o Cadastro Ambiental Rural, resta cadastrar cerca de 10% de área para se chegar à meta, incluindo o PA Cederes, com aproximadamente 11 mil hectares, ainda não cadastrado. O aumento percentual de entradas de propriedades no Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (SIMLAM) foi considerável na busca para se chegar à área cadastrável do Município.

**VEJA O VÍDEO DESTA PRÁTICA
NO CANAL YOUTUBE DO POGA**

www.bit.do/regularizacaocar





Ordenamento Territorial e Fundiário
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL



Fórum Diálogo Amazonas: Regularização Fundiária Urgente!

Categoria: Ordenamento Territorial e Fundiário

Modalidade: Organização da sociedade civil

Executor: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB

Estado: Amazonas

Municípios envolvidos: Barcelos, Canutama, Humaitá, Lábrea, Santa Isabel do Rio Negro, Tapauá

Período: início em 2012, sem previsão de término

Parceiros: Comissão Pastoral da Terra – CPT, Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, Ministério Público Federal do Amazonas – MPFAM, Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – PGE/AM

Fotos: acervo enviado pela entidade executora da prática



ANTECEDENTES

A prática foi concebida a partir do conhecimento de que as comunidades tradicionais residentes em unidades de conservação (UCs), tais como reservas de desenvolvimento sustentável, reservas extrativistas e florestas, têm as suas atividades socioeconômicas afetadas pela insegurança fundiária. Tal fato constitui um obstáculo à implementação dos objetivos e missões dessas UCs, prejudicando diretamente a população beneficiária. Ao todo são 45 UCs dessas categorias no Estado do Amazonas, sendo 17 federais e 28 estaduais.

Com vistas a garantir a regularização fundiária dos territórios dessas populações antes ameaçadas pelo avanço de atividades econômicas nas agroflorestas, foi constituído o Fórum Diálogo Amazonas.

O Fórum, criado em 2012, foi iniciativa de três organizações – Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Comissão Pastoral da Terra (CPT)

e Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) – e reúne órgãos fundiários, parceiros e representantes comunitários.

OBJETIVOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

A prática tem o intuito de promover a regularização fundiária das unidades de conservação de uso sustentável em 18 Municípios do Estado do Amazonas por meio do diálogo facilitado pelo Fórum. As ações envolvidas fomentam o protagonismo das populações tradicionais, por intermédio de suas organizações representativas, e incluem capacitações em direito ambiental e legislação fundiária. O Fórum tem como dinâmica de funcionamento a realização periódica de uma grande plenária com órgãos fundiários, entidades participantes e representantes comunitários, entremeadas com reuniões mensais do grupo de trabalho do Diálogo Amazonas, cujo objetivo é encaminhar a solução das questões pendentes e exercer o controle social destas políticas públicas relacionadas à temática fundiária.

O Fórum possibilitou a articulação dos atores federais, estaduais e população beneficiária para a construção coletiva de estratégias a fim de responder a demandas que incluíam a cessão de terras estaduais para a União, a validação de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRUs) com prazo indeterminado e posse coletiva, além da definição de critérios para a concessão de áreas de várzea.





RESULTADOS

A iniciativa viabilizou a efetivação e a homologação de CCDRUs – instrumentos por meio dos quais o Poder Público atribui, a título de direito real, um bem de seu domínio a uma associação representativa da população beneficiária para que o explore segundo destinação específica. No caso, o formato e o desenho jurídicos pensados pelas comunidades ribeirinhas e extrativistas em seis UCs federais e 15 UCs estaduais totalizaram 12.779.697,36 hectares de terras regularizadas, equivalendo a 54% das UCs de uso sustentável do Amazonas. Inclui as Reservas Extrativistas Médio Juruá, Baixo Juruá, Auati-Paraná, Rio Jutáí, Rio Unini e Médio Purus, com abrangência em nove Municípios do Estado do Amazonas (Carauari, Juruá, Uarini, Fonte Boa, Jutáí, Barcelos, Lábrea, Pauini e Tapauá). Cerca de 45.000 indivíduos foram beneficiados com o CCDRU, ou algo em torno de 10.000 famílias.

Outro importante resultado foi a efetividade do Fórum, que se constituiu em espaço de debate e negociação, denominado Espaços Públicos Socioambientais. A experiência tem sido disseminada pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas em outros Estados da Amazônia com UCs em situações fundiárias semelhantes, como em Rondônia, Pará e Roraima, especificamente. O Fórum Diálogo Amazonas se apresenta, assim, como um paradigma incidindo sobre a política pública de regularização fundiária.

**VEJA O VÍDEO DESTA PRÁTICA
NO CANAL YOUTUBE DO PQGA**

www.bit.do/forumdialogo





Monitoramento, Controle
e Recuperação Ambiental

GOVERNO MUNICIPAL



Processo Participativo de Recuperação Ambiental das Nascentes Contribuintes do Sistema Municipal de Abastecimento

Categoria: Monitoramento, Controle e Recuperação Ambiental

Modalidade: Governo Municipal

Executor: Prefeitura Municipal de Paranaíta

Estado: Mato Grosso

Município envolvido: Paranaíta

Período: início em 2015, com previsão de término em 2017

Parceiros: Ministério Público Estadual, Secretaria Municipal de Educação, Teles Pires Transmission/TPT Matrinchã

Fotos: acervo enviado pela entidade executora da prática



ANTECEDENTES

O Município de Paranaíta está localizado em área considerada como fronteira agrícola e de colonização recente onde grande parte das nascentes presentes em propriedades privadas encontra-se sem área de preservação permanente (APP). A ausência de delimitação das áreas de entorno das nascentes e a expressiva presença de gado bovino nas propriedades rurais acarretaram aceleração do processo erosivo às margens e imediações dessas áreas. Essa situação provocou severa lixiviação que contribuiu para o assoreamento e degradação das nascentes.

Em função da possível perda econômica decorrente da substituição de áreas de pastagem por áreas florestais, havia resistência de proprietários rurais à implantação de Programa de Recuperação de Área Degradada (PRAD). A prática surge como estratégia de recuperação ambiental das nascentes contribuintes do sistema municipal de abastecimento.

OBJETIVOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

O objetivo dessa prática é promover, de forma participativa, a recuperação ambiental das nascentes que abastecem a captação municipal de águas, por meio da implantação de PRAD, de forma a manter o volume de vazão. As atividades envolvem educação ambiental e esclarecimentos sobre a legislação vigente para os proprietários das áreas e a população ao redor de onde se encontram as nascentes a serem recuperadas. Tornar a manutenção das APPs do Município uma atividade constante é uma das metas a ser atingida.

Para tanto, a Prefeitura Municipal de Paranaíta elaborou proposta junto a representantes de diversos setores da sociedade, como estudantes de segundo grau, pais de alunos, Ministério Público, entre outros envolvidos, em parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV). A proposta envolveu a realização de oficinas sobre segurança e meio ambiente e a contratação de empresa especializada que



realizou as atividades de maior risco, como operação de maquinário pesado e roçadeiras, perfuração para cercamento, reconformação de solo, dentre outras. Houve também a realização de reuniões educativas associadas à intervenção do Ministério Público Estadual. Inovadora foi a assinatura de Termo de Cooperação entre a Prefeitura, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e a empresa TPT Matrinchã para utilização do mecanismo financeiro de compensação ambiental em função do impacto ambiental causado pela instalação de linha de transmissão de energia no Município. Essa estratégia conferiu maior sustentabilidade à prática devido ao seu alto custo.

RESULTADOS

A prática gerou senso de responsabilidade coletiva dos envolvidos na conservação de recursos hídricos, desde a proteção ambiental até o consumo inteligente. Teve como mérito despertar a vontade de integração mais ativa pelos diversos setores da sociedade em ações ambientais que até então eram desenvolvidas somente por entidades públicas ou do terceiro setor. As atividades promoveram o envolvimento das escolas do Município com o Poder Público Municipal no desenvolvimento de atividades de cunho ambiental que resultaram na recuperação de mais de 70 hectares de áreas degradadas. Resultou ainda no plantio participativo de mais de 15.000 mudas de espécies nativas, ordenamento territorial de área de relevante interesse público coletivo, monitoramento e apoio aos proprietários para alternativas de dessedentação animal nas propriedades. De forma participativa, já ocorreu o diagnóstico do tipo e estado de degradação do solo, sua reconfirmação, o cercamento das áreas e os plantios. Após a conclusão dessas áreas, há previsão de continuidade das atividades para as nascentes em ordem predefinida de acordo com sua capacidade de contribuição.

Uma das formas de avaliação da prática quanto à efetividade de recuperação da área é baseada em Termos de Referência elaborados pelo IBAMA, quando serão tecnicamente analisados o sucesso do plantio, da contenção de processos erosivos e de lixiviação, o aumento da capacidade de vazão e o repovoamento natural de flora e fauna. O Termo de Cooperação condiciona a apresentação de relatórios à Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Mato Grosso, a qual procederá à vistoria e avaliação final da efetividade da recuperação. A segunda linha de avaliação será dimensionada de acordo com o número de participantes envolvidos direta e indiretamente na iniciativa, a redução do consumo de água pelas escolas participantes e pela população e o interesse das entidades envolvidas na continuidade da fase dois desse projeto, que trata da instalação compartilhada de um viveiro de mudas nativas.

**VEJA O VÍDEO DESTA PRÁTICA
NO CANAL YOUTUBE DO PQGA**

www.bit.do/recuperaconascentes





**Monitoramento, Controle
e Recuperação Ambiental**

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL



Programa de Monitoramento Participativo nas Unidades de Conservação do Programa Bolsa Floresta – PPDUC

Categoria: Monitoramento, Controle e Recuperação Ambiental

Modalidade: Organização da sociedade civil

Executor: Fundação Amazonas Sustentável – FAS

Estado: Amazonas

Municípios envolvidos: Anori, Barcelos, Berurí, Borba, Carauari, Coari, Codajás, Eirunepe, Fonte Boa, Ipixuna, Iranduba, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutai, Manacapuru, Manaus, Manicoré, Maraã, Maués, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, São Sebastião do Uatumã, Tapauá, Tefé, Tonantins, Uarini

Período: início 2012, com previsão de término em 2017

Parceiros: Banco Bradesco, Grupo Abril, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon, Marriott International, Mitsubishi Corporation, Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas

Fotos: acervo enviado pela entidade executora da prática



ANTECEDENTES

Em 2009, a Fundação Amazonas Sustentável (FAS) e o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) iniciaram a prática voltada para a sensibilização dos beneficiários do Programa Bolsa Floresta (PBF), criado pelo Governo do Amazonas em 2007, sobre a relevância de manter a floresta em pé.

Os beneficiários do PBF assinaram acordo de compromisso voluntário que incluiu: ser reconhecido pela associação de moradores, ser morador da unidade de conservação há pelo menos dois anos, garantir a frequência de filhos em idade escolar em escola próxima, participar das oficinas do PBF e das associações, e não abrir novos roçados em áreas de floresta primária (somente em capoeiras).

A prática visa monitorar a implementação do PBF a partir de coleta de dados periódica somada ao envolvimento comunitário com a adoção de metodologia adequada à realidade ribeirinha. Abrange área de mais de 10 milhões de hectares

envolvendo 570 comunidades de 16 unidades de conservação (UCs) estaduais.

OBJETIVOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

Os objetivos do PPDUC são: o monitoramento do acordo de compromisso voluntário entre o PBF e as comunidades, a identificação das áreas prioritárias de maior pressão de desmatamento, o fornecimento de dados e subsídios técnicos às ações de educação ambiental nas UCs, o envolvimento das comunidades do PBF em monitoramento e gestão territorial participativa, bem como a contribuição para a transparência do PBF. A prática é dividida em dois componentes: sensoriamento remoto e envolvimento comunitário. O primeiro utiliza dados dos satélites, metodologias de processamento e análise de dados oficiais para gerar informações e mapas do uso do solo das áreas do PBF. Por suas metodologias específicas, o PPDUC permite “enxergar” desmatamentos menores do que cinco hectares – padrão dos ribeirinhos – e este aspecto configura uma inovação. O componente comunitário



se dá por meio de treinamentos e mapeamento participativo, visando aumentar a consciência ambiental dos participantes, qualificar os dados de desmatamento e engajá-los nos processos de gestão de áreas protegidas. Os treinamentos são dados a jovens na faixa de 15 a 18 anos em oficinas anuais de cinco dias. Os jovens aprendem noções básicas de cartografia, processamento de imagens e a usar formulário específico, desenvolvido em parceria com a empresa Google, em *smartphones*. A qualificação dos dados é feita por esses jovens capacitados e os mapas gerados são validados pelas comunidades em oficinas participativas.



RESULTADOS

O envolvimento das comunidades beneficiadas, por meio da geração de dados quantitativos, empoderamento e capacitação em gestão territorial, apoiou as metas ambientais como a queda em 79% nas taxas de desmatamento (de 7,45 km² no período de 2007-2010 para 4,15 km² entre 2011-2014). Os desdobramentos sociais e institucionais resultaram em envolvimento direto em cinco UCs estaduais de mais de 12 comunidades, 15 lideranças comunitárias e mais de 15 jovens capacitados. Permitiu também aumento da autonomia e da qualidade de participação dos comunitários nas discussões de gestão territorial, que passaram a requisitar apoio e demandar respostas eficientes aos agentes públicos no que se refere à fiscalização e às políticas públicas de conservação.

A prática, que conta com apoio de entidades privadas e da sociedade civil, gerou ainda impacto econômico positivo em Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), como a do Juma e a do rio Negro. A RDS do Juma poderá ser a primeira certificada nos padrões FSC-Conservação (análise das ferramentas de gestão), abrindo novas portas de captação de recursos internacionais para apoiar atividades de gestão e geração de renda. Na RDS do rio Negro, está em andamento a certificação do manejo de madeira.

**VEJA O VÍDEO DESTA PRÁTICA
NO CANAL YOUTUBE DO PQGA**

www.bit.do/monitoramentouc





**Produção Sustentável e Incentivos
destinados à Conservação**

GOVERNO MUNICIPAL



Projeto Conservador das Águas de Brasil Novo – Pará

Categoria: Produção Sustentável e Incentivos destinados à Conservação

Modalidade: Governo Municipal

Executor: Prefeitura Municipal de Brasil Novo

Estado: Pará

Município envolvido: Brasil Novo

Período: início em 2014, com previsão de término em 2018

Parceiros: Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA, Grupo de Trabalho Municipal de Monitoramento, Fiscalização e Controle do Desmatamento de Brasil Novo, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, Instituto Socioambiental – ISA

Fotos: acervo enviado pela entidade executora da prática



ANTECEDENTES

O rio Jauruçu, em Brasil Novo, representa importante manancial para o abastecimento de água da região que sofreu, ao longo dos anos, graves impactos socioambientais, como a retirada de parte da cobertura vegetal devido à agropecuária extensiva, o uso inadequado do solo e problemas fundiários, como a ausência de documentos de propriedades. Considerando a extensão total destinada às áreas de preservação permanente (APP) deste manancial, segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA), em um total de 1.750 hectares, cerca de 1.164 apresentam elevado grau de degradação e apenas 586 são floresta nativa ou em estado de regeneração. Outras situações adversas à conservação presentes na região incluem a resistência dos produtores rurais, reduzido interesse dos grandes proprietários, insuficiência de técnicos municipais para atender toda a região, perda de área produtiva, alta vulnerabilidade ao desmatamento na região da Transamazônica, além de descontinuidade

da gestão pública. Essa realidade motivou a criação do Projeto Conservador das Águas de Brasil Novo que visa à implantação de ações para a melhoria da qualidade e quantidade das águas no Município, incluindo pagamentos por serviços ambientais. Isso ocorre aliado a processo anterior de fortalecimento do sistema municipal de meio ambiente que trouxe mais eficácia ao projeto.

OBJETIVOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

A prática se refere à conscientização, a partir do esclarecimento aos produtores rurais, sobre a importância dos serviços ambientais. A Prefeitura Municipal ofereceu assistência técnica aos aderentes; forneceu insumos como cerca, equipamentos e mudas; e garantiu a manutenção da regularização ambiental por contrato amparado em lei, na forma de pagamento por serviços ambientais. Esse conjunto de atividades visou à garantia da potabilidade da água

para o abastecimento público durante as estações de verão e à restauração florestal nas APPs com o intuito maior de realizar o controle do desmatamento, bem como contribuir para o bem-estar do produtor rural.





RESULTADOS

A prática alcançou a restauração das APPs ao longo do rio Jaurucu, com adesão voluntária dos beneficiários do Pagamento por Serviços Ambientais, atendendo ao novo Código Florestal – experiência de caráter inovador na região de integração do Xingu. Incluiu, ainda, produtores rurais diretamente agraciados, recebendo pagamento por serviços ambientais com recursos financeiros amparados na Lei Municipal nº 192, de 2014, a qual dispõe sobre a criação do Projeto Conservador das Águas e autoriza o Poder Executivo a prestar apoio financeiro aos proprietários rurais, vinculados por intermédio do ICMS Verde, transferido do Governo Estadual para o Município. Esse processo, descrito como iniciativa pioneira no Pará, se soma, como mecanismo econômico potencial, a outros esforços de estruturação do sistema municipal de meio ambiente.

O Município alcançou 87,65% do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na região e tem avançado no processo de criação de duas legislações importantes. A primeira é a Lei Municipal nº 161, de 2013, que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA). A outra refere-se à Lei Municipal nº 195, de 2014, que destina 100% dos repasses estaduais do ICMS Verde ao FMMA para a aplicação em projetos ambientais e usos de instrumentos legais.

**VEJA O VÍDEO DESTA PRÁTICA
NO CANAL YOUTUBE DO POGA**

www.bit.do/aguasbrasilnovo





**Produção Sustentável e Incentivos
destinados à Conservação**

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL



Implantação da Cadeia Produtiva da Madeira na Resex Ituxi

Categoria: Produção Sustentável e Incentivos destinados à Conservação

Modalidade: Organização da sociedade civil

Executor: Instituto Floresta Tropical – IFT

Estado: Amazonas

Município envolvido: Lábrea

Período: início em 2014, com previsão de término em 2016

Parceiros: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Fotos: acervo enviado pela entidade executora da prática



ANTECEDENTES

O Município de Lábrea, localizado no sul do Estado do Amazonas, sofre forte pressão de madeireiros. Em 2008, foi incluído na lista dos 42 Municípios com maiores taxas de desmatamento na região amazônica. Ao longo de uma década lutou-se para proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população local.

Como resultado dessa luta foi criada a Reserva Extrativista (Resex) Ituxi. Os moradores da região, que antes abasteciam o Município com madeira de origem ilegal, precisaram se adequar às novas regras ambientais apresentadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Uma das dificuldades era regularizar a atividade madeireira, importante para a comunidade local.

Assim, o Instituto Floresta Tropical (IFT) e outras instituições foram convidadas pelo ICMBio e pela

Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT) para compor um grupo de parceiros.

OBJETIVOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

Iniciada em 2014, a prática desenvolvida na Resex Ituxi visa mitigar alguns dos problemas estruturais do setor florestal da região, como a falta de assistência técnica. Desenvolve e dissemina modelos de uso dos recursos florestais por comunidades tradicionais a partir do fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, em especial a da madeira, aliando economia de baixo carbono à conservação para o desenvolvimento local.

Envolve ações de qualificação e capacitação das comunidades para a exploração sustentável da madeira e reuniões para a construção de plano de ação. As ações contam com a participação de parceiros governamentais e da sociedade civil organizada, incluindo o ICMBio, o

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).





RESULTADOS

Em 2015, foram manejados 140 hectares de floresta pública no regime coletivo de gestão e estão em processo de comercialização 400 m³ de madeira serrada em pranchão, permitindo o abastecimento do mercado local com madeira de origem legal e comunitária.

A prática apoiou ainda a criação da Cooperativa Agroextrativista do Rio Ituxi (Coopagri), voltada para a comercialização de produtos da sociobiodiversidade, como madeira, castanha-do-brasil, óleo de copaíba, pirarucu e produtos da agricultura familiar. Com a criação da cooperativa, os comunitários ampliaram a governança local, trazendo mais autonomia para a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e tomada de decisão sobre questões produtivas e econômicas na Resex Ituxi.

Surgiram também mais postos de trabalho para mulheres, que passaram a assumir posições importantes de tomada de decisão na própria cooperativa. Com a prática, a APADRIT conseguiu a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e da Autorização de Exploração Florestal (AUTEX), que autoriza legalmente a comercialização da madeira.

**VEJA O VÍDEO DESTA PRÁTICA
NO CANAL YOUTUBE DO POGA**

www.bit.do/implantacaocadeiaprod





Governança Socioambiental
GOVERNO MUNICIPAL



Sinop Sem Fogo – Projeto Paranka de Prevenção e Combate às Queimadas

Categoria: Governança Socioambiental

Modalidade: Governo Municipal

Executor: Prefeitura Municipal de Sinop

Estado: Mato Grosso

Município envolvido: Sinop

Período: início em 2011, sem previsão de término

Parceiros: Conselho Nacional de Direitos Difusos do Ministério da Justiça, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Mato Grosso, Defesa Civil do Estado do Mato Grosso

Fotos: acervo enviado pela entidade executora da prática



ANTECEDENTES

O Município de Sinop, historicamente, sofre com queimadas constantes que ocorrem, principalmente, em períodos de estiagem. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 2010, ano excepcionalmente seco, os focos de calor apresentaram aumento de 300% em relação a 2009, resultando em poluição ambiental com impactos na qualidade de vida da população. A necessidade de estruturação da Prefeitura para intensificar as ações de coordenação, monitoramento e combate às queimadas resultou na prática Sinop Sem Fogo, conhecida também como Projeto ParankA – referência à lenda indígena da Deusa do Fogo, que ofereceu o fogo aos primeiros seres humanos e também manteve o controle sobre ele.

A partir da implantação da iniciativa, em 2011, foi possível angariar fundos junto ao Conselho Nacional de Direitos Difusos do Ministério da Justiça para

estruturar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, formar a equipe de brigadistas do Município e, dessa forma, atuar ativamente na prevenção e no combate às queimadas.

OBJETIVOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

Além da estruturação da Secretaria, o projeto compreende ações educativas de prevenção e combate às queimadas que conta com um número de emergência 0800 para relatos de ocorrências. Desde 2014, o Projeto ParankA está vinculado ao Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado de Sinop – metas 2014/2017, realizado pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso, tendo como objetivo estratégico assegurar o controle para a qualidade ambiental e como meta manter abaixo de 300 o número de focos de calor identificados pelo INPE. Ferramentas de monitoramento a partir da utilização de dados oficiais também foram desenvolvidas.





RESULTADOS

Mediante adesão da sociedade à prática é possível observar mudança gradativa na cultura da população, que vem contribuindo ativamente para a redução dos focos de calor no Município e coibindo as queimadas urbanas de fundo de quintal.

Foram realizadas mais de 3.000 denúncias no 0800, desde a implantação do projeto, durante os meses de seca de junho a outubro, incluindo demanda por atendimentos em queimadas de lixos em fundo de quintais, incêndios em terrenos baldios, chácaras e matas. No ano de 2011, observou-se redução de aproximadamente 50% do número de focos de calor, em relação a 2010, segundo o INPE, melhorando desta forma a qualidade do ar da região. Com base nesse monitoramento tem sido possível identificar os locais dos focos de calor e punir os responsáveis, investindo no próprio projeto os recursos oriundos dessas penalidades.

A articulação entre entes federativos – Prefeitura, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Ministério da Justiça – permitiu mudanças normativas no Município, com a aprovação de leis e decretos na área ambiental, vindo a prática a se configurar na agenda do Governo Municipal como política pública consolidada com ações que se replicam todos os anos no período de estiagem.

**VEJA O VÍDEO DESTA PRÁTICA
NO CANAL YOUTUBE DO PQGA**

www.bit.do/sinopsemfogo





Governança Socioambiental
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Governança Socioambiental no Marajó

Categoria: Governança Socioambiental

Modalidade: Organização da sociedade civil

Executor: Instituto Floresta Tropical – IFT

Estado: Pará

Municípios envolvidos: Belém, Breves, Curralinho, Oeiras do Pará, São Sebastião da Boa Vista

Período: início em 2014, com previsão de término em 2020

Parceiros: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB e Prefeitura Municipal de Breves

Fotos: acervo enviado pela entidade executora da prática



ANTECEDENTES

O extrativismo de produtos florestais é atividade produtiva econômica importante praticada há muitas décadas nas reservas extrativistas (Resex) de Mapuá (Breves), Terra Grande-Pracuúba (Curralinho e São Sebastião da Boa Vista) e Arióca-Pruanã (Oeiras do Pará), e que permite a geração de trabalho e renda para as famílias da região. Apesar de serem áreas de grande potencial para o manejo florestal, com destaque para o açaí e a madeira, as famílias careciam de apoio técnico e financeiro para consolidar o manejo e a cadeia de valor desses produtos. Sem arranjos comerciais justos e acompanhamento técnico da gestão do manejo, os produtos eram comercializados de maneira informal e a baixíssimo custo para os chamados “atravessadores”.

A situação ocasionava também riscos para a conservação florestal diante de atividades extrativistas sem sustentabilidade ambiental. Na perspectiva de fomentar o manejo florestal de uso múltiplo, oferecendo assistência técnica e fortalecendo as cadeias de valor de produtos florestais, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) do Manejo Florestal Comunitário do Marajó que atua

junto a populações tradicionais da região, que vivem em unidades de conservação (UCs) de uso sustentável.

Formalizado em 2014 pelo Instituto Floresta Tropical (IFT) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o grupo é uma articulação interinstitucional, envolvendo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater-PA), o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

OBJETIVOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

A partir do GT são formuladas ações estratégicas para o território junto às comunidades na perspectiva de promover o licenciamento de mais de 15 mil hectares de florestas públicas e de cerca de 80 serrarias familiares localizadas nas UCs. A fim de fomentar o uso econômico da floresta, o grupo promove assistência técnica e financiamento para o manejo e comercialização de açaí, buscando fortalecer relações comerciais duradouras e justas. Apoiava ainda o coletivo de mulheres que realiza a produção de óleos vegetais, encauchados e artesanatos da Resex Mapuá.

A prática está inserida em contexto nacional e regional voltado para questões socioambientais, como políticas e programas públicos que têm sido desenhados para promover atividades sustentáveis na Amazônia, incluindo o Plano de Ação para a Preservação e Combate ao Desmatamento na Amazônia Legal, o Plano Amazônia Sustentável e a lei de criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.





RESULTADOS

Com a criação do GT, o tema manejo florestal comunitário em UCs do Marajó ganhou mais visibilidade e importância nas agendas de órgãos públicos federais, como o ICMBio, e dos órgãos municipais, como as prefeituras e suas secretarias, que acompanham os processos e participam diretamente apoiando técnica e financeiramente algumas ações do grupo.

Contribuiu ainda para a consolidação de cadeias produtivas sustentáveis e promoção do desenvolvimento local. O GT também produziu informações importantes para as políticas públicas nas UCs do Marajó, como o levantamento de serrarias existentes nas Resex que subsidiou o Plano de Ação Institucional e Comunitário do grupo. Cerca de 30 famílias da Resex Mapuá assinaram a contratação dos projetos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Florestal).

Outro resultado foi a realização das Caravanas de Sensibilização do Manejo Florestal Comunitário envolvendo mais de 500 moradores e criando um pacto entre o GT e a comunidade para a regularização da exploração madeireira e das serrarias. A partir do pacto, moradores e GT estabeleceram compromissos para licenciar planos de manejo florestal comunitário, regularizar a situação das serrarias, promover cursos e treinamentos para manejo de açai e fortalecer a agricultura familiar.

**VEJA O VÍDEO DESTA PRÁTICA
NO CANAL YOUTUBE DO PQGA**

www.bit.do/governancamarajo





Educação Ambiental

GOVERNO MUNICIPAL

Sala Verde Caeteuara

Categoria: Educação Ambiental

Modalidade: Governo Municipal

Executor: Prefeitura Municipal de Bragança

Estado: Pará

Município envolvido: Bragança

Período: início em 2013, com previsão de término em 2016

Parceiros: Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis dos Caetés – COOMARCA, Comissão de Educação e Meio Ambiente de Bragança, Ecatu RCA, Fórum Permanente dos Secretários Municipais de Meio Ambiente do Estado do Pará, Instituto Federal do Pará – IFPA Campus Bragança, Secretaria Municipal de Economia e Pesca – SEMEP, Universidade Federal da Amazônia – UFAM, Universidade Federal do Pará – UFPA Campus Bragança

Fotos: acervo enviado pela entidade executora da prática



ANTECEDENTES

Desde 2009, a educação ambiental no Município de Bragança se constituía em ações dispersas e de curto prazo, em resposta a demandas pontuais de escolas municipais, inexistindo uma política municipal específica. Seguindo diretrizes do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, de criação de Salas Verdes em todo o Brasil, foi desenvolvido o projeto Sala Verde Caeteuara.

O projeto, iniciado em 2013, concentrou na Sala Verde várias iniciativas, contribuindo para a construção de uma sociedade civil informada, crítica e ambientalmente responsável. A cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bragança, a prática conta com diversas parcerias, incluindo escolas municipais e estaduais, universidades, associações de moradores rurais e urbanas, de produtores, ONGs e cooperativa de catadores.

OBJETIVOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

A prática integra o Plano Ambiental do Município de Bragança e almeja se constituir em uma política permanente de educação ambiental. As atividades são realizadas na própria sala e, também, em campo, favorecendo a visibilidade das ações e o fortalecimento de políticas locais.

No espaço funciona uma biblioteca e um centro de documentação sobre meio ambiente, servindo como ponto de referência junto às escolas e outros interessados. A prática busca, ainda, o estímulo sustentável ao artesanato, com base na utilização de produtos da floresta e beneficiamento de resíduos junto à cooperativa local de catadores.

Os atores envolvidos, de forma articulada e complementar, desenvolvem ações voltadas à produção e doação de mudas de árvores frutíferas,

à realização de oficinas de arte, reutilização de óleo usado para a fabricação de sabão e compostagem, dentre outras iniciativas. Prevê, ainda, a apropriação da Sala Verde pela comunidade por meio da ação de 150 jovens agentes voluntários que passarão por formação específica.





RESULTADOS

Ao longo dos três anos do projeto cerca de 3.000 pessoas participaram das diversas atividades desenvolvidas na Sala Verde Caeteuara, dialogando com ela de formas distintas. A interação da sociedade com a sala, um espaço de convivência ambiental, se deu por meio da participação em cursos, reuniões e acesso à biblioteca, que conta com um acervo de mais de 500 livros e revistas, além de DVDs relacionados aos temas meio ambiente e sustentabilidade. A inauguração do Ponto de Entrega Voluntária (PEV) e as visitas ao Viveiro Socioeducador também foram efetivadas, com a doação de mais de 4.000 mudas de plantas ornamentais, arbóreas e frutíferas, promovendo integração da natureza, urbanização e desenvolvimento humano.

**VEJA O VÍDEO DESTA PRÁTICA
NO CANAL YOUTUBE DO PQGA**

www.bit.do/salaverde





Educação Ambiental

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Formar Florestal

Categoria: Educação Ambiental

Modalidade: Organização da sociedade civil

Executor: Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB

Estado: Pará

Municípios envolvidos: Alenquer, Almeirim, Altamira, Aveiro, Belterra, Faro, Itaituba, Jacaeacanga, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Trairão

Período: início em 2014, com previsão de término em 2016

Parceiros: Cooperativa Mista da Flona do Tapajós – COOMFLONA, Instituto Federal do Pará – IFPA Campus Castanhal, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém

Fotos: acervo enviado pela entidade executora da prática



ANTECEDENTES

Os modelos de desenvolvimento econômico no oeste do Estado do Pará, marcados por situações de conflito e violência no campo, configuraram um território onde as populações locais encontram dificuldade para a reprodução econômica, social, política e cultural de seus modos de vida. No âmbito da educação, por exemplo, as grades curriculares e os cursos estabelecidos nas instituições de ensino em sua maioria não priorizam o diálogo com as diferentes realidades camponesas, dificultando o fortalecimento de práticas sustentáveis de uso dos recursos da floresta.

É neste cenário que ocorre o processo de formação do curso Formar Florestal, resultado de parceria celebrada entre o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e o Instituto Federal do Pará (IFPA) Campus Castanhal por meio de um termo de cooperação técnica no âmbito da formação profissional.

OBJETIVOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES

Com base na socialização, disseminação e construção de conhecimentos a partir do contexto regional, a prática promove a formação de lideranças comunitárias, jovens e adultos que moram e/ou atuam nos territórios amazônicos.

A formação abrange aspectos técnicos, organizacionais, políticos e culturais visando fortalecer o manejo e a governança florestal comunitária no Pará.



A ação prioritária é com o público que atua em unidades de conservação, territórios indígenas, quilombolas e projetos de assentamento a fim de consolidar e fortalecer frentes formadas por sindicatos, cooperativas e associações de moradores como agentes multiplicadores das práticas do manejo florestal comunitário e familiar (MFCF).

O curso de 400 horas utiliza metodologia de alternância pedagógica e a modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC). Os eixos temáticos que orientam o curso são distribuídos em até cinco módulos e isso possibilita que os participantes discutam e reflitam sobre os temas em sala de aula e também apliquem e problematizem esse conteúdo em suas comunidades e organizações. A formação se dá, assim, por meio da reflexão e da ação.

RESULTADOS

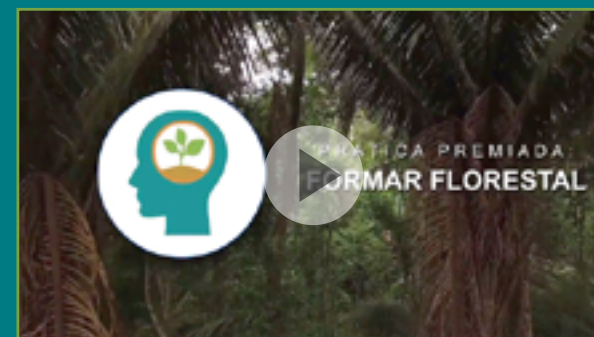
A parceria entre o IEB e o IFPA Campus Castanhal permitiu maior aproximação da academia com as comunidades que praticam o MFCF no Estado. A aprovação do curso Formar Florestal na grade curricular do IFPA sinaliza uma conquista e demonstra caminhos na consolidação de um modelo de ensino diferenciado, voltado à temática florestal no Pará. Apresenta a possibilidade de replicar a formação nos diferentes *campi*, já que o mesmo está internalizado na instituição de ensino com o projeto político-pedagógico aprovado pelo Conselho Superior de Educação. Tal experiência possibilitou o reconhecimento da importância do tema do MFCF dentro do próprio instituto, que também é o responsável pela certificação e oferta da formação por outras instituições.

No período de dois anos foi possível concretizar a formação de duas turmas envolvendo 50 jovens e adultos, que indicam que a vivência no curso os motivou na retomada dos estudos. Nas turmas surgiu a discussão em torno da criação de uma rede física e digital que terá como finalidade constituir um espaço de debate sobre governança florestal nos territórios. Outro resultado transversal da formação foi a inclusão digital intergeracional onde, nas redes sociais, educandos e educandas promovem a visibilidade de suas ações, agendas e denúncias. Nesta direção, por exemplo, participantes produzem boletim físico, mantêm uma *fanpage* e uma rádio comunitária a partir da Associação da Comunidade de Juruti Velho (Acorjuve).

Jovens na faixa de 20 anos da Resex Verde para Sempre, em Porto de Moz, colaboraram na criação e assumiram a responsabilidade de dirigir uma cooperativa de produção e negociação de madeira, voltada para a valorização do MFCF. Este era um objetivo antigo da comunidade e a iniciativa da cooperativa contribuiu para melhorar a qualidade de vida, a organização, a saúde e o aumento da renda dos cooperados.

**VEJA O VÍDEO DESTA PRÁTICA
NO CANAL YOUTUBE DO PQGA**

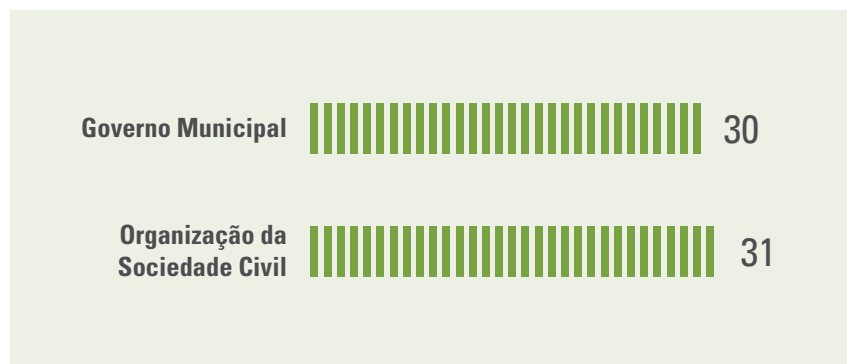
www.bit.do/videoformarflorestal





**Distribuição
das práticas**

Práticas habilitadas e premiadas

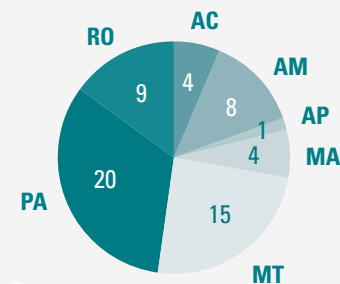


Modalidade/Estado	Governo Municipal	Organização da Sociedade Civil	TOTAL
AC	2	2	4
AM	1	7	8
AP	1	-	1
MA	2	2	4
MT	10	5	15
PA	12	8	20
RO	2	7	9
TOTAL	30	31	61



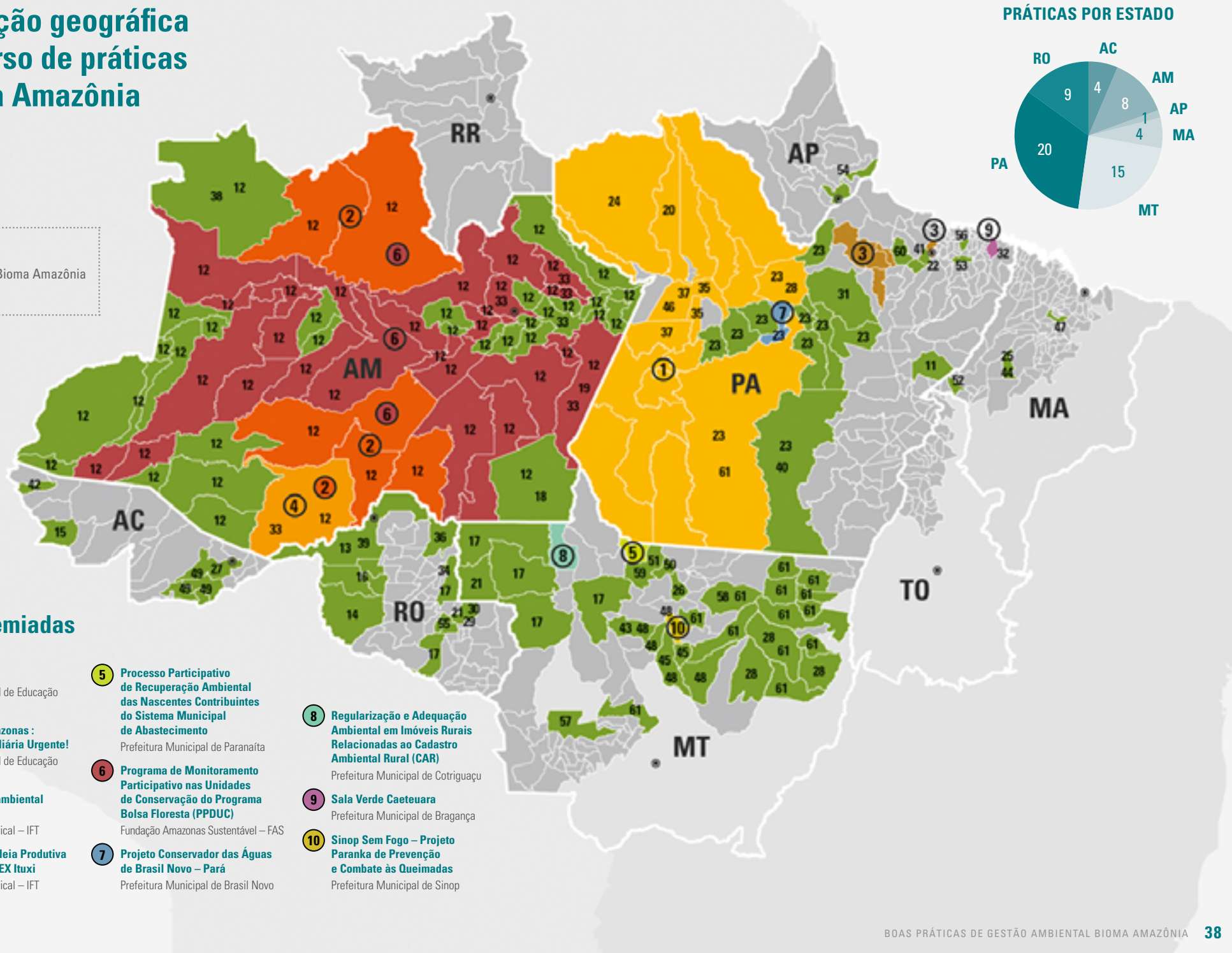
Distribuição geográfica do universo de práticas do Bioma Amazônia

PRÁTICAS POR ESTADO



Legenda

- Municípios do Bioma Amazônia
- Capitais



Práticas premiadas

- 1 Formar Florestal**
 Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
- 2 Fórum Diálogo Amazonas: Regularização Fundiária Urgente!**
 Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
- 3 Governança Socioambiental no Marajó**
 Instituto Floresta Tropical – IFT
- 4 Implantação da Cadeia Produtiva da Madeira na RESEX Ituxi**
 Instituto Floresta Tropical – IFT
- 5 Processo Participativo de Recuperação Ambiental das Nascentes Contribuintes do Sistema Municipal de Abastecimento**
 Prefeitura Municipal de Paranaíta
- 6 Programa de Monitoramento Participativo nas Unidades de Conservação do Programa Bolsa Floresta (PPDUC)**
 Fundação Amazonas Sustentável – FAS
- 7 Projeto Conservador das Águas de Brasil Novo – Pará**
 Prefeitura Municipal de Brasil Novo
- 8 Regularização e Adequação Ambiental em Imóveis Rurais Relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)**
 Prefeitura Municipal de Cotriguaçu
- 9 Sala Verde Caeteuara**
 Prefeitura Municipal de Bragança
- 10 Sinop Sem Fogo – Projeto Paranka de Prevenção e Combate às Queimadas**
 Prefeitura Municipal de Sinop

● Práticas habilitadas

- 11 A Secretária vai até o Produtor Rural**
Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Prefeitura de Rondon do Pará
- 12 Agenda Socioambiental para o Amazonas 2014-2018**
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM
- 13 Aldeia Cassupa-Salamã**
Organização dos Povos Indígenas Cassupá e Salamã
- 14 Aproveitamento de Madeiras Pescadas**
Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto
- 15 Ates Resex Alto Juruá**
SOS Amazônia
- 16 Babaçu de Rondônia**
Cooperativa Agropecuária e Extrativista dos Agricultores de Jacilândia – COOPERLÂNDIA
- 17 Boas Práticas da Castanha-do-Brasil em Áreas Protegidas na Amazônia Rondoniense e Matogrossense**
Pacto das Águas – Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais
- 18 Café em Agrofloresta para o Fortalecimento da Economia de Baixo Carbono em Apuí**
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM
- 19 Campanha de Educação Ambiental “Campanha Puxirum da Limpeza, to Dentro”**
Prefeitura Municipal de Maués
- 20 CAR para Todos**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Prefeitura de Óbidos
- 21 Carbono Florestal Surui**
Associação Metareilá do Povo Indígena Surui
- 22 Centro Agroambiental Rural**
Secretaria Municipal de Agricultura, Prefeitura de Abaetetuba
- 23 Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu**
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu
- 24 Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão da Terra Indígena Nhamundá-Mapuera e Trombetas-Mapuera**
Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé
- 25 Educação Ambiental**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Preservação dos Recursos Naturais, Prefeitura de Buriticupu
- 26 Educação Ambiental do Campo e Agroecologia: Educar, Produzir e Alimentar!**
Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da E. M. (do Campo) São Mateus
- 27 Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Rio Branco: Uma Construção Coletiva**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Prefeitura de Rio Branco
- 28 Fiscalização e Licenciamento Ambiental**
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental “Médio Araguaia” – CODEMA
- 29 Fortalecimento da Organização Social para Implantação do Manejo Florestal Sustentável na Resex Verde para Sempre**
Instituto Floresta Tropical – IFT
- 30 Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Cacao**
Equipe de Conservação da Amazônia – ECAM
- 31 Fundos Florestais Comunitários**
Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Acuti-Pereira – ATAA
- 32 Grupo Pesca e Arte: Produção de Biojoias**
Associação dos Ruralistas e Pescadores da Vila do Castelo
- 33 Jovens Empreendedores Florestais**
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – IDESAM
- 34 Licenciamento Ambiental Municipal**
Prefeitura Municipal de Ji-Paraná
- 35 Manejo Florestal Comunitário Sustentável na Floresta Nacional do Tapajós**
Cooperativa Mista da Flona Tapajós – COOMFLONA
- 36 Manejo Florestal Sustentável Comunitário**
Associação dos Seringueiros de Machadinho d’Oeste – ASM
- 37 Movelaria Artesanal, Reaproveitando Resíduos Florestais**
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM
- 38 Nuya’rlitua: A Fibrã do Coraçã**
Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié
- 39 Plano Diretor de Arborização Urbana – Porto Velho**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Prefeitura de Porto Velho
- 40 Plano Municipal de Agricultura de Baixo Carbono**
Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu
- 41 Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Prefeitura de Barcarena
- 42 Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Rodrigues Alves: Diagnóstico Técnico-Participativo**
Prefeitura Municipal de Rodrigues Alves
- 43 Porto dos Gaúchos 100% Legal**
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos
- 44 Produção de Mudãs Nativas**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Preservação dos Recursos Naturais, Prefeitura de Buriticupu
- 45 Programa de Educação Ambiental “Sorriso Vivo”**
Associação Amigos da Terra
- 46 Programa Municipal de Monitoramento da Qualidade das Águas**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Prefeitura de Santarém
- 47 Programas e Projetos de EA no Campo**
Unidade Escolar Manoel Soeira
- 48 Projeto “Gente que Produz e Preserva: produzindo soja, conservando a biodiversidade”**
Associação Amigos da Terra
- 49 Projeto Construção Participativa e Sustentabilidade Hídrica**
Cooperativa de Trabalho do Acre
- 50 Projeto Nascentes do Buriti**
Prefeitura Municipal de Carlinda
- 51 Projeto Olhos D’água da Amazônia – Uma Estratégia de Regularização Ambiental Município de Alta Floresta**
Prefeitura Municipal de Alta Floresta
- 52 Projeto Produtivo para Produção de Óleo de Amêndoa de Babaçu – RESEX Ciriaco**
Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista de Ciriaco – ATARECO
- 53 Projeto Tijolo Verde**
Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamã
- 54 Projeto Viva Orla – Aproveitamento de Madeiras do Rio Amazonas**
Prefeitura Municipal de Macapá
- 55 Projeto Viveiro Cidadã**
Ação Ecológica Guaporé – ECOPORÉ
- 56 Projeto Viveiro Sustentável**
Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu
- 57 PSA Queimã Pé**
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra
- 58 Recupera Marcelândia**
Prefeitura Municipal de Marcelândia
- 59 Regularização Ambiental – Cadastro Ambiental Rural**
Secretaria de Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de Alta Floresta
- 60 Semeando o Desenvolvimento Sustentável em Muanã no Marajó**
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Prefeitura de Muanã
- 61 Sementes de Resistência e Frutos de Transformação**
Associação Rede de Sementes do Xingu



(21) 2536 9737 / 99647 0040



contato-amazonia@ibam.org.br



www.amazonia-ibam.org.br



MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

